

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: ESTUDO DE CASO DO PROJETO APLICADO À CONSERVAÇÃO NO MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

**RODRIGUES, Ana Ramos¹;
SERRES, Juliane Conceição Primon²**

¹ *Universidade Federal de Pelotas*

E-mail: anarrodrigues@gmail.com

² *Universidade Federal de Pelotas*

E-mail: julianeserres@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Diversas são as notícias vinculadas na mídia em que acervos museológicos sofrem as mais variadas formas de violência: fogos, roubos, enchentes, vandalismos ou simplesmente omissão dos agentes públicos. Tudo isso, ou pelo menos um aspecto disso, acarreta um prejuízo inestimável não só ao patrimônio histórico, artístico e cultural, mas também um grave prejuízo financeiro aos cofres públicos.

Apesar de haver uma legislação específica para o campo museal, a realidade brasileira está muito distante da sonhada: muitos museus ou espaços de memória ainda sofrem com a degradação e descaso com seus acervos. Porém, a promulgação da Lei n.º 11.904 de 2009 é uma esperançosa tentativa de se criar uma política pública coerente para o patrimônio e para os museus.

Porém, em um país carente de recursos financeiros para os campos da cultura e educação, diversas ações conservativas buscam financiamento para a execução desses projetos em entidades privadas ou em empresas públicas com capital aberto. Essas financiadoras têm um limite de verba para a execução dos projetos, e por isso em diversas instituições museológicas com acervos numerosos os projetos devem ser, necessariamente, pensados para a conservação de uma parte de seu acervo.

Desenvolver um projeto de conservação preventiva não é fácil. Nele, deve ser pensada a articulação de várias competências. Em se tratando na preservação de acervos, elenca-se nove agentes de deterioração das coleções: forças físicas; ladrões e vandalismos; fogo; água; peste; contaminadores; raios UV e luz visível; temperatura incorreta; e umidade relativa incorreta (BOURDEAU, 2008).

Para garantir que as ações de conservação preventiva tenham sucesso depende, também, de uma 'mudança de mentalidade'. Onde ontem se viam objetos, hoje devem ser vistas coleções. Onde se viam depósitos, devem ser vistos edifícios. Onde se pensava em dias, agora se deve pensar em anos. Onde se via uma pessoa, devem ser vistas equipes. Onde se via uma despesa de curto prazo, deve-se ser visto programas e prioridades (GUICHEN, 1999). Estas ações são de responsabilidade do corpo técnico do museu e não podem ser realizadas de qualquer forma (BRANDI, 1963). O fato de uma coleção estar no museu não significa que esteja protegida, pois os profissionais necessariamente devem possuir conhecimentos específicos e técnicos sobre o trabalho que desenvolvem.

Resumidamente este projeto tem a pretensão de analisar quais os critérios utilizados no projeto contemplado na área da conservação preventiva do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) localizado em Porto Alegre-RS. Analisando o acervo contemplado pelo projeto *Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960*, financiado pela Caixa Econômica Federal, através do Programa de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro. Qual a importância desse acervo (conservado) para a história do Brasil e memória social da região de abrangência do museu?

2. MATERIAL E MÉTODOS

A conservação preventiva requer o envolvimento de áreas variadas, ou seja, exige interdisciplinaridade. Diversos autores têm ressaltado os benefícios do trabalho interdisciplinar em museus, e alguns entendem ser esse um dos fatores de sucesso das ações de conservação preventiva (BRUNO, 1996), (LOUREIRO, 2009), (LOPES, 2011).

A metodologia a ser aplicada a este projeto consiste apresentar conceitos históricos sobre as ações preservacionistas até o entendimento atual, discutir conceitos sobre memória, identidade e patrimônio. Analisar o projeto enviado ao organismo financiador, coleta de dados, pesquisa na instituição, entrevista com os profissionais que atuam no museu e os autores dos projetos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do estudo das ações de conservação preventiva do museu escolhido, estamos apresentando a importância em se desenvolver e aplicar uma política de conservação preventiva às instituições museológicas. Esse tipo de ação reduz os custos das instituições, tornando-se uma aliada poderosa na gestão dos recursos financeiros destinados ao setor cultural no Brasil.

Buscando-se problematizar a questão da preservação nos museus, mostrando o presente estudo para ser uma ferramenta que contribua para que outras instituições reflitam sobre as ações para selecionar determinada coleção dentro dos projetos realizados.

Neste sentido, a demonstração dos benefícios dos métodos preventivos de conservação pode servir como um incentivo para que as instituições que já possuem alguma política de preservação busquem a aplicação de um plano de conservação mais eficaz. Para as que não possuem, que, através de uma profunda reflexão sobre as situações críticas em que se encontrem, pensem as melhores alternativas para preservarem suas coleções e, assim, seguirem uma política conservacionista cada vez mais apurada.

4. CONCLUSÕES

As primeiras conclusões são o reconhecimento deste projeto estudado no âmbito das futuras pesquisas que serão geradas, a partir, deste acervo contemplado no projeto de conservação preventiva. As coleções como suportes de informação apresentam vestígios da sociedade onde encontram-se inseridas. Assim, sendo o

museu um local de preservação por excelência, sua função social é administrar estas informações.

Resumidamente este projeto tem a pretensão através do estudo de caso do MCSHJC mostrar como é benéfica as ações de conservação preventiva, pensando no acesso do público ao acervo e seus usos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDEAU, James. **Avanços em conservação preventiva: pesquisa científica aplicada, estratégias de risco, estruturas e governo.** In. CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de et. All. (Org.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material.* Rio de Janeiro: MHN, 2008. Capítulo 3, p. 201-217.

BRASIL. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museu. Brasília, DF, 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 10 julho 2012.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** Cotia – SP: Ateliê, 2004.

BRUNO. Cristina. **Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar.** In. BRUNO, Cristina. *Museologia e comunicação.* Lisboa: ULHT, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, nº 9). p. 09-38.

GUICHEN, Gael de. **La conservacion preventiva: simple moda pasajera o cambio transcendental?** Boletim da UNESCO, nº 201 .Vol. 51, nº 1, p.4-10,1999.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus **Museus, Museologia e Informação Científica: uma abordagem interdisciplinar..** Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST Museu e Museologia: Interfaces e perspectivas. - Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro- Rio de Janeiro : MAST, 2009. p. 99 – 111.

LOPES, Ana Andréia Alberto. **Conservação preventiva: construção de uma 'checlist' aplicada às áreas e reservas.** 2011. 105f. Dissertação de mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Museologia apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanismo, Universidade Nova de Lisboa.